

A compreensão e a interpretação do discurso

Leci Borges Barbisan*
Cristina Rörig**

Resumo

Partindo-se da constatação de que muitos livros didáticos, no trabalho que propõem sobre textos, ocupam-se mais do conteúdo do que do sentido construído pelo uso da língua, faz-se uma reflexão em torno das atividades de *compreensão* e de *interpretação* de discursos. Tomam-se como fundamentação teórica a concepção de linguagem e alguns conceitos criados pela semântica linguística de Oswald Ducrot, na esperança de se chegar a uma distinção possível para esses termos e a sua utilização em análises de discursos. Sugere-se também uma possibilidade de aplicação dessas reflexões ao ensino.

Palavras-chave: Compreensão. Interpretação. Argumentação. Ensino.

Para iniciar

A análise de livros didáticos para os níveis fundamental e médio mostra facilmente que o olhar que os autores desses livros lançam sobre textos é muito mais direcionado para o que é dito do que para o modo como o sentido do que é dito é construído pelo uso da língua. Acredita-se ser possível dizer até mesmo que o trabalho proposto por autores desse material didático situa-se mais no plano do conteúdo, do tema tratado, do que propriamente do uso da língua. Além disso, *compreensão* e *interpretação* são termos muitas vezes tomados como sinônimos, o que pode levar, em certos casos, a uma apreensão extremamente pessoal do sentido e à aceitação de qualquer leitura. Em vista dessas constatações e

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Pesquisadora do CNPq barbisan@pucrs.br e leci.barbisan@pq.cnpq.br

** Doutoranda, aluna de Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras. Bolsista CNPq crisororig@hotmail.com. Agradeço as valiosas contribuições feitas para este texto pela professora Telisa Furlanetto Graeff (UPF).

de experiência docente em graduação, surgiu a necessidade de se tentar compreender o que é mesmo *compreender* e o que é mesmo *interpretar*, e com que bases teóricas o ensino da leitura e da escrita na escola poderia ser repensado.

Partindo desses fatos, este texto apresenta uma reflexão acerca do que se pode entender por “compreensão” e “interpretação” discursivas. Propõe-se como suporte para o trabalho a teoria da argumentação na língua (ANL), teoria semântica criada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, continuada atualmente por Oswald Ducrot e Marion Carel. Com esta reflexão, quer-se investigar em que medida os dois processos podem ser distintos, do ponto de vista linguístico.

Duas hipóteses norteiam esta proposta: 1) a de que o linguístico indica como chegar à construção do sentido no discurso e 2) a de que *compreensão* e *interpretação* são atividades enunciativas. Para a demonstração dessas afirmações, este texto é organizado em três momentos: primeiramente, apresenta-se a leitura feita por Ducrot de conceitos saussurianos e enunciativos que fundamentam sua ANL; a seguir, tomam-se as concepções de linguagem e de semântica e pragmática, por meio das quais discursos são analisados; na continuação, indicam-se conceitos da teoria com a finalidade de explicar o sentido no uso da língua. Por último, constrói-se uma metodologia embasada na teoria da argumentação na língua e analisam-se alguns discursos com o objetivo de pensar as hipóteses que

orientam o presente trabalho. Espera-se, com essas considerações, poder participar da discussão sobre questões relativas ao papel do linguístico e da exterioridade na construção do sentido no discurso..

Os fundamentos da teoria da argumentação na língua

A ANL é uma teoria linguística que se propõe explicar o sentido produzido pelo locutor, ser de fala, ao empregar sua língua. As decisões inscritas na fundamentação da teoria – a de focalizar o linguístico e a de tomar como objeto de estudo o uso da língua – filiam-se a duas vertentes teóricas: o estruturalismo saussuriano e a enunciação, que fundamentam a criação de uma semântica linguística. Do estruturalismo saussuriano, a ANL escolhe principalmente a noção de *relação*, mas também os conceitos de *língua* e *fala*. Do ponto de vista enunciativo, embora aceite as noções de *pessoa*, *tempo* e *espaço* (eu/tu-aqui-agora), formuladas nos trabalhos de Émile Benveniste, a semântica linguística de Ducrot serve-se de uma concepção própria de *enunciação*.

Na ótica estruturalista, os signos definem-se uns em relação aos outros e só assim podem ser analisados. Do mesmo modo, na proposta de Ducrot, um enunciado só adquire sentido pela relação que estabelece com outros enunciados em discursos reais. Esse conceito estende-se à relação entre discursos. Os conceitos de *língua* e *fala*, tomados separadamente no *Curso de linguística geral*, sofrem

alterações na ótica de Ducrot, sendo entendidos articulados para a construção de sentido pelo uso da língua.

A *enunciação*, para a ANL, é o surgimento do enunciado, é o acontecimento singular, único, constituído pelo emprego por um *locutor* para um *alocutário* de uma entidade linguística (palavra ou frase) em um tempo e em um lugar determinados. São parte do sentido do enunciado as alusões que este faz à enunciação, na medida em que palavras e estruturas referem-na. Em vista disso, a ANL distingue-se das teorias que afirmam que a linguagem dá acesso direto à realidade. Para Ducrot, a linguagem produz uma espécie de apreensão enunciativa da realidade e o faz pelos aspectos subjetivo (ponto de vista do locutor sobre a realidade) e intersubjetivo (relação entre locutor e alocutário). Como explica o linguista, “o modo como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre indivíduos” (1990, p. 50). *Subjetividade* e *intersubjetividade* unificadas constituem o *valor argumentativo* dos enunciados. O valor argumentativo é a orientação que a palavra dá ao discurso, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de continuação; é o nível fundamental da descrição semântica. Essa é a concepção de linguagem que fundamenta a teoria da argumentação na língua.

O *sentido*, produzido por um locutor para seu alocutário, estreitamente vinculado à enunciação, é o resultado de escolhas singulares feitas pelo locutor ao mobilizar a língua. As escolhas lin-

guísticas inter-relacionadas constroem sentido. Em decorrência, é o sentido do linguístico, criado pelo locutor, que deve ser resgatado pelo alocutário. Resta procurar resposta à pergunta: O que é mesmo o sentido do linguístico? Na perspectiva que a ANL escolhe para fundamentar seus conceitos – a de uma apreensão argumentativa da realidade produzida enunciativamente por um locutor por meio de seu discurso, na qual as palavras e as frases estão relacionadas, gerando sentido para um alocutário – *língua* e *fala*, como propostos por Saususure, encontram-se articulados. Consequentemente, a *semântica* é entendida como a apreensão do sentido que se resgata do linguístico, pelo uso da língua, e a *pragmática*, como o sentido que se busca na exterioridade. É assim, juntas, mas em que uma (a pragmática) é subordinada à outra (a semântica), que ambas constroem o *sentido* no discurso. É com base na chamada *pragmática integrada* ao linguístico que o tema deste trabalho será discutido, retomando a impossibilidade de separar *língua* e *fala*.

A semântica e a pragmática

A palavra “pragmática” evoca uma multiplicidade de sentidos nas ciências da linguagem. Por isso, faz-se necessária uma delimitação terminológica para definir seu emprego. Ducrot (2005) focaliza dois sentidos de pragmática. Em uma primeira acepção do termo, são pragmáticos os *aspectos contextuais* sem consideração da estrutura linguística, isto

é, sem consideração da combinação das palavras na estrutura. Embora, admite o linguista, uma parte do sentido não possa ser apreendida pelas estruturas linguísticas, os sentidos construídos pelo contexto externo à linguagem não implicam, necessariamente, que a estrutura dos enunciados seja ignorada; ao contrário, o linguístico indica o que se deve procurar no contexto e como procurá-lo para a apreensão do sentido. Então, semântica e pragmática se articulam.

Há uma segunda acepção do termo *pragmática*: o modo como o enunciado representa sua *enunciação*, a atitude do locutor e a relação que este estabelece com seu(s) alocutário(s). Sendo uma teoria de base enunciativa, a ANL mostra que a fala, dentre outras funções, coloca-se em cena a si própria ao produzir uma representação de sua enunciação, comentando o que o locutor faz em seu enunciado. Assim, também nesta segunda acepção, semântica e pragmática não se separam; ao contrário, integram-se, entendendo-se que o sentido acrescentado pela pragmática já se encontra inscrito em filigrana na própria estrutura linguística, porque a significação das palavras contém *instruções* que apontam para a busca do sentido no uso da língua.

Para que se compreenda com clareza a noção de *instrução* – essencial neste trabalho – é necessário que se apresentem alguns conceitos criados por Oswald Ducrot para explicar o sentido do enunciado. É a partir desses conceitos e desse modo de conceber a linguagem que são desenvolvidas as análises neste estudo.

O papel da instrução

Com base nos conceitos saussurianos de *língua*, *fala* e *relação*, embora modificando-os e ampliando-os, Ducrot (1987) estabelece como noções semânticas preliminares a distinção entre *frase* e *enunciado* e entre *significação* e *sentido*. O termo *frase* é entendido como uma entidade teórica, construída pelo linguista para explicar o *enunciado*, visto este como realidade empírica, observável. O *discurso* é uma sequência de enunciados inter-relacionados. A *significação* é o valor semântico da *frase*; o *sentido* é o valor semântico do *enunciado*. A diferença mais importante entre *significação* e *sentido* é de natureza: a *significação* é um conjunto de instruções que permitem compreender o *sentido*. A significação é essencialmente aberta.

A instrução de *X mas Y*, por exemplo, é: *busque uma conclusão r de modo que resulte justificada por X, e uma conclusão não-r, justificada por Y*. (Ducrot, 1990, p. 59). É necessário que o alocutário de um enunciado *X mas Y* busque, no linguístico, a conclusão expressa pelo locutor. É, portanto, o locutor que constrói seu sentido em seu discurso e esse sentido deve ser resgatado pelo alocutário, já que a própria *significação* da *frase* lhe dá *instruções* para isso.

Pode-se pensar que não basta a instrução dada pela *língua* e que é necessário que se acrescente o contexto externo ao linguístico para que se chegue ao sentido criado pelo locutor. A essa possível objeção, Ducrot (1995) dá

como resposta o fato de que o recurso à situação é previsto pelo linguístico, constituindo a própria descrição semântica, ou seja, a *instrução*, que determina a busca a ser efetuada na situação de discurso, portanto fora do linguístico, para a compreensão do *sentido*. Trata-se, pois, do efeito da palavra sobre a situação, não o contrário.

Além do sentido de pragmático como contexto fora da linguagem, os enunciados, alerta o autor (1995), instauram um tipo de relação único entre os participantes do discurso. O enunciado comporta imagens da relação do locutor com o alocutário, imagens que transparecem, por exemplo, na *afirmação*, na qual o locutor pode distanciar-se do que diz, ou na *exclamação*, pela qual, ao contrário, o locutor se engaja no que está sendo dito. Pela *negação*, ou pela *pressuposição*, o alocutário é dado como conhecendo algo a que o discurso alude; pela *argumentação* espera-se que o alocutário admita determinado princípio, etc. Desse modo, a situação que determina o sentido é projetada pelo próprio enunciado. As imagens da enunciação no enunciado têm efeito sobre a continuação do discurso, o que estabelece estreitas relações entre semântica e pragmática.

A partir, então, da impossibilidade de se separar *língua e fala, frase e enunciado* e, semanticamente falando, *significação e sentido* e, ainda, integrando a *pragmática à semântica* (relembrando que se trata de uma *semântica* entendida como sendo o *sentido* produzido pelo linguístico), sugere-se a definição

de *compreensão*, neste estudo, como a apreensão por um alocutário1 (A1) do *sentido* produzido por um locutor1 (L1). O termo *interpretação* passa a designar, aqui, a produção do sentido criado por A1, que se torna L2, e comenta o discurso de L1, ou se posiciona de algum modo em relação a um ponto de vista assumido por L1. Pela *interpretação*, o alocutário do primeiro discurso desloca-se para a posição de locutor2 (L2) e torna-se responsável por um novo discurso, por meio do qual responde a L1. O alocutário2 (A2), neste caso, passa a ser ou o L1 do primeiro discurso ou outro alocutário qualquer.

Com essa proposta, entendem-se *compreensão e interpretação*, com base nos conceitos básicos da ANL, como sendo um diálogo entre discursos, como dois discursos inter-relacionados, que se respondem. O primeiro é o ponto de partida que precisa ser, antes de mais nada, compreendido; o segundo é a resposta ao primeiro. São, então, dois processos enunciativos entre locutor e alocutário, em que um processo pressupõe o outro, ou seja, a *interpretação* exige que o primeiro processo, o de *compreensão*, tenha sido alcançado.

Evidentemente, com esta proposta não se está afirmando passividade de parte de A1 no processo que se identificou como sendo o de *compreensão*. Ao contrário, ao buscar apreender o *sentido* do *discurso* produzido por L1, A1 mobiliza seu conhecimento da língua e, por isso mesmo, ao se servir desse conhecimento, é levado a procurar no *pragmático* (de-

finido como o *contexto* e a *enunciação*) aquilo que a *instrução* lhe fornece para *compreender o sentido do enunciado*. É, então, seguindo as *instruções*, que seu conhecimento da língua lhe impõe, que A1 se aproximará do *sentido* produzido por L1 em seu *discurso*. Será considerada *interpretação* a apresentação por A1 de sentidos não previstos por L1, o que passará a constituir *um novo discurso*, de responsabilidade de L2. A *interpretação* fica assim estreitamente vinculada à *compreensão*, e dela decorre.

Alguns conceitos da teoria

De acordo com a teoria dos blocos semânticos, momento atual da Teoria da argumentação na língua, o termo *encadeamento* é definido pela articulação entre dois segmentos ligados pelos conectores, normativo em DC (do francês *donc* = portanto) e transgressivo em PT (do francês *pourtant* = no entanto, transgressivo). Como os dois segmentos produzem juntos um único sentido, os enunciados:

Pedro é rico, ele deve ser feliz

Pedro encontrou Maria, ele deve ser feliz

não exprimem a mesma felicidade. No primeiro enunciado, *Pedro é feliz* como pode ser feliz alguém que é rico; no segundo, a felicidade é motivada pelo amor. Cada um desses encadeamentos constitui um *bloco semântico*, já que a interdependência entre seus dois segmentos produz uma unidade semântica indecomponível.

Cada bloco semântico contém encadeamentos transgressivos e normativos constituídos a partir de dois predicados, que, combinados eventualmente com a negação, comportam, cada um, quatro aspectos. São eles:

A DC B: *João é rico DC é feliz* e A PT neg-B: *João é rico PT não é feliz*. Esses são os aspectos denominados *conversos* desse bloco.

A DC B: *João é rico DC é feliz* e neg-A DC neg-B: *João não é rico DC não é feliz*. São os aspectos *recíprocos* do mesmo bloco.

A DC B: *João é rico DC é feliz* e neg-A PT B: *João não é rico PT é feliz*. São os aspectos *transpostos*.

Para que se compreenda o sentido inscrito nos enunciados, é preciso verificar como as palavras, frases e discursos se relacionam, bem como apreender o percurso linguístico traçado pelo locutor ao se enunciar para seu alocutário. Consideram-se seres discursivos tanto o locutor quanto o alocutário. O locutor inscreve-se no sentido do enunciado e diferencia-se do sujeito empírico, autor real e ser no mundo, cujo estudo não é de interesse da ANL. A origem do ponto de vista, inscrito no enunciado, é o *enunciador*. Ducrot (1990) afirma que “todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala”. (p. 19). Os enunciadores expressam-se pela enunciação; “se eles “falam”, é somente no sentido de que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas pala-

bras”. (Ducrot, 1987). Os enunciadores são responsáveis pelos pontos de vista, implícitos, identificáveis no enunciado. Com as funções de *locutor*, de *alocutário* e de *enunciador*, chega-se à *teoria da polifonia*, criada por Oswald Ducrot, para contestar a unicidade do sujeito falante na linguagem. Como responsável pelo enunciado, o *locutor* dá existência a implícitos – pontos de vista pelos quais os *enunciadores* são responsáveis – e define sua atitude em relação a eles: assume um, concorda com outros, ou opõe-se a outros. Dessa forma, o locutor assume também a responsabilidade pela escolha dos enunciadores.

Toma-se como exemplo de polifonia o caso da locução *ao contrário* do enunciado *Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa* (Ducrot, 1990, p. 24). Em *Pedro não veio* há dois enunciadores: E1 – *Pedro não veio* e E2 – *Pedro veio*. A locução *ao contrário* relaciona *Pedro não veio* a *Pedro ficou em casa* por meio de E2, enunciador positivo ao qual o locutor se opõe ao utilizar *ao contrário*. A concepção de *sentido* da ANL fundamenta-se na teoria da polifonia.

As análises desenvolvidas a seguir resultam da aplicação desses conceitos da teoria da argumentação na língua.

Metodologia e análises

Foram escolhidos para análise, neste trabalho, quatro discursos de diferentes gêneros. Tomou-se como critério a diversidade de integração, exigida pela *ins-*

trução, entre o semântico e o pragmático que esses discursos apresentam. Afirma-se, ainda, com esse critério de escolha de discursos que, além de diferentes formas de integração entre semântico e pragmático, há diferentes graus de importância entre os dois níveis. A busca do sentido na exterioridade do discurso é, porém, sempre direcionada pelo linguístico. Espera-se, com essas análises, discutir as noções de *compreensão* e *interpretação* e chegar a uma primeira possível resposta às hipóteses que norteiam este estudo.

Análise 1: Chuva de arroz (jornal Zero Hora, Opinião ZH, 19/05/05)

Preocupados em chamar a atenção para os baixos preços do produto que atribuem basicamente às importações do Mercosul, os orizicultores gaúchos recorreram até mesmo a uma chuva de arroz em casca em Bagé, valendo-se de quatro aviões. O recurso a essa medida extrema num país de tanta fome não escapou das críticas. Chamou a atenção, porém, para as dificuldades enfrentadas pelos orizicultores. Por isso, é importante que as reivindicações sejam encaradas como prioridade pelo governo federal, até mesmo pela necessidade de o Estado compensar os prejuízos da seca.

Com a análise do texto acima, pretende-se destacar os encadeamentos argumentativos contidos nesse discurso e mostrar que é a relação entre eles que constrói o sentido produzido pelo locutor. Toma-se o primeiro trecho:

Preocupados em chamar a atenção para os baixos preços do produto que atribuem basicamente às importações do Mercosul, os orizicultores gaúchos recorreram até mesmo a uma chuva de arroz em casca em Bagé, valendo-se de quatro aviões. O recurso a essa medida extrema num país de tanta fome não escapou das críticas.

Formulam-se os seguintes encadeamentos:

importação de produtos DC menor valor do produto nacional

menor valor do produto nacional DC protestos

O desperdício de alimentos (pelos protestos com chuva de arroz) em país de muita fome aponta para o encadeamento:

país de muita fome PT desperdício de alimento

que evoca, por polifonia, seu aspecto converso:

país de muita fome DC não desperdício de alimento

O aspecto converso transgressivo conduz a:

desperdício de alimento DC críticas

enquanto o converso normativo não daria lugar a críticas.

Na continuação do discurso tem-se *Chamou a atenção, porém, para as dificuldades enfrentadas pelos orizicultores*. O termo *porém* funciona como *articulador* relacionando encadeamentos cujas conclusões se opõem do seguinte modo:

desperdiçar alimento DC não bom
PT

chamar a atenção do governo DC bom

O locutor concorda com a argumentação contida no primeiro encadeamento (desperdiçar alimento DC não bom), articulado por *porém* (PT) ao segundo (chamar a atenção do governo DC bom). O segundo encadeamento é o assumido: o de que o protesto mostra às autoridades as dificuldades dos produtores. O ponto de vista assumido é retomado no enunciado seguinte pelo anafórico *isso*, que continua o discurso:

Por isso, é importante que as reivindicações sejam encaradas como prioridade pelo governo federal, até mesmo pela necessidade de o Estado compensar os prejuízos da seca.

Isso, precedido pela preposição *por*, resultando em *por isso*, exerce a função de *articulador* entre encadeamentos, estabelecendo relação de causa a consequência entre o enunciado anterior: *prejuízos financeiros causados pela importação*, apontado pelo anafórico *isso*, e o que se lê depois de *por isso* (*necessidade de atenção do governo*).

Os dois enunciados, articulados, conduzem ao encadeamento:

prejuízos financeiros causados pela importação DC importância de atenção do governo.

Um novo articulador, *até mesmo*, vem relacionar o encadeamento que o precede ao que o segue: antes de *até mesmo* tem-se *prejuízos financeiros causados*

pela importação DC importância de atenção do governo. Depois de *até mesmo* encontra-se: *prejuízos financeiros causados pela seca DC importância de atenção do governo*. Há nos dois encadeamentos argumentos distintos, mas que têm em comum *prejuízos financeiros* que se somam, apontando para a mesma conclusão: *importância de atenção do governo*. Observa-se, então, que o articulador *até mesmo* produz, neste uso, um sentido de adição de argumentos para a mesma conclusão. É necessário que se mencione aqui o fato de que a teoria da argumentação na língua aponta para um sentido frequente (mas certamente não único), produzido pelo uso do articulador *même* (que se traduziria por *até mesmo*): o de que *até mesmo* introduz um argumento com grau maior de força argumentativa do que outro, para a mesma conclusão. É o que se lê em casos como: *As provas mostraram o bom desempenho dos alunos: houve notas 9,0 e até mesmo 10*.

O que ocorre no discurso intitulado *Chuva de arroz*, agora em análise, entretanto, parece distinto: *até mesmo* estaria relacionando dois argumentos que se somariam, ambos com a mesma força argumentativa. O argumento introduzido por *até mesmo* (*prejuízos financeiros causados pela seca*), juntamente com o primeiro argumento (*prejuízos financeiros causados pela importação*), constituiria argumento forte para a mesma conclusão, mas pela soma de ambos, sem que um tenha grau maior de força

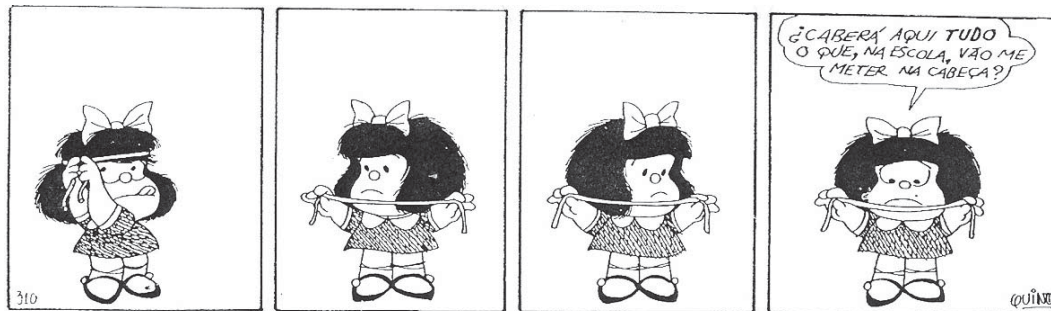
argumentativa do que o outro.

Observam-se nesse discurso estreitas articulações expressas linguisticamente e outras não ditas com palavras entre encadeamentos que representam os sentidos dos enunciados. Assim, os diferentes pontos de vista do locutor encontram-se argumentados no discurso, o que conduz à argumentação de modo bastante seguro.

Considerando-se agora a proposta de uma pragmática integrada à semântica, percebe-se que a pressuposição contida na referência a um protesto de orizicultores indica que o locutor cria uma imagem de alocutário que deve conhecer o fato. Este pode não ter conhecimento de maiores detalhes do referido protesto, mas esse conhecimento não é indispensável à compreensão. É assim que o linguístico, que conduz a argumentação de modo bastante seguro, torna-se o único produtor de sentido.

Interpretações do discurso podem ser feitas pelo alocutário 1 (A1) em termos de discordância com a posição do locutor 1 (L1), em relação, por exemplo, aos argumentos apresentados. Mas essas interpretações seriam objeto de outro discurso e não poderiam ser atribuídas ao locutor1 (L1), já que seriam de responsabilidade do alocutário 1, que passaria a ocupar a posição de locutor2 (L2) e que faria suas observações ou seus comentários para o locutor 1, que se tornaria um alocutário 2, ou para outro alocutário qualquer.

Análise 2



Fonte: QUINO. *Mafalda*, v. 2. São Paulo: Global, [s.d.]. Tradução de Mouzar Benedito.

O locutor põe em cena uma personagem, Mafalda, que é, nesta tira, ao mesmo tempo, locutor e alocutário.

O enunciado em análise é:

Caberá aqui tudo o que, na escola, vão me meter na cabeça?

Nesse enunciado há a palavra *aqui*, cujo sentido não é especificado linguisticamente. Para se compreender o que “aqui” significa é necessário que se recorra à imagem. A instrução do termo “aqui” é algo como: busque no contexto – neste caso, na imagem – o lugar onde se encontra o locutor. Note-se que não se trata, nessa tira, de um lugar, mas da extensão da fita, que representa na imagem a medida da cabeça de Mafalda. Esse sentido, trazido do contexto pragmático para o linguístico, ainda não é suficiente para que se compreenda o sentido do enunciado. É apenas uma parte dele, pois há marcas linguísticas que especificam melhor o que a imagem indica. Essas marcas são a palavra *tudo* e a *forma interrogativa*. A palavra *tudo*, nesse enunciado, que está sinalizando para a comparação de um tamanho (o da

cabeça de Mafalda, ou seja, sua capacidade de aprender) com outro tamanho (o da quantidade de ensinamentos da escola), aponta para o sentido de *aqui* como *tamanho relativo*, ou seja, um tamanho (o da cabeça) em relação a outro (o do conhecimento a obter).

O sentido comparativo de *tudo* é, assim, corroborado pela dúvida expressa na forma da pergunta, que contém, por polifonia, os seguintes enunciadores, cujos pontos de vista podem ser expressos por aspectos conversos do mesmo bloco:

E1 – ter de aprender muitas coisas DC
ter muita capacidade de aprender

E2 – ter de aprender muitas coisas PT
neg-ter muita capacidade de aprender

O locutor hesita em assumir um dos pontos de vista pelos quais os enunciadores são responsáveis, hesitação que conduz à dúvida. Essa dúvida converge para o sentido de *capacidade relativa de aprender*, expresso no tamanho que se percebe pela imagem para a qual a palavra *aqui* aponta. Vê-se, então, pelo sentido de tamanho relativo que resulta

do linguístico, que o contexto pragmático, mostrado pela imagem, não é suficiente para a compreensão do sentido do termo *aqui*, porque a imagem indica nessa tira apenas o tamanho da cabeça de Mafalda. Torna-se necessário que o sentido seja especificado pelo linguístico. A *compreen-*

ção resultaria, então, da apreensão do sentido assim construído.

A *interpretação* da tira caberia a outro discurso que poderia discutir questões sugeridas pela tira, como o ensino na escola, a aprendizagem da criança, etc.

Análise 3



Fonte: QUINO, v. 2. São Paulo: Global, [s.d.]. Tradução de Mouzar Benedito.

No primeiro quadrinho verifica-se que o locutor, ao observar uma mosca voando, julga que ela é feliz por não precisar ir à escola. Portanto, ele gostaria de ser uma mosca. Esse enunciado pode ser representado pelos encadeamentos:

ser não humano DC não ir à escola

não ir à escola DC ser feliz

argumentação continuada no segundo quadrinho, em que o locutor constrói seu sentido de *ir à escola*:

ir à escola DC ter obrigações desagradáveis

Nos quadros três e quatro não há linguagem verbal. Suas imagens, entretanto, são importantes para a continuação da tira. Mafalda, por meio de um gesto, não de palavras, mostra uma importante desvantagem de ser mosca.

No quinto quadrinho, o locutor L1 repete a tabuada de multiplicar. Para que se compreenda a mudança de ponto de vista do locutor, é necessário que se busque o sentido das imagens dos quadrinhos três e quatro. Assim, chega-se ao encadeamento: *ser não humano DC ter importante desvantagem*. Entende-se desse modo a passagem do segundo – *ser não humano DC não ter de cumprir tarefas desagradáveis* – para o terceiro e o quarto – *ser não humano DC ter importante desvantagem* –, o que leva o locutor a rever sua atitude, expressa no quadrinho cinco – *ser humano DC ter de cumprir tarefas desagradáveis*.

O sentido final da tira resulta do linguístico, que necessita da busca do sentido produzido pela imagem. Mas é pela instrução contida no linguístico,

que orienta para a busca do sentido da imagem, que se chega à *compreensão* da tira. Há, nesse caso, duas linguagens distintas que se complementam.

A *interpretação* levaria à produção de outro discurso pelo alocutário 1, que se tornaria um locutor 2.

Análise 4 - Charge: Papai Noel e os sapatinhos



Fonte: ELIAS. Porto Alegre: Zero Hora, 22 dez. 2008.

O discurso contido na charge é: *Que amor! Aqui no Iraque também se espera Papai Noel com sapatinho!*

Observa-se, inicialmente, a estrutura que a gramática tradicional chama de “frase exclamativa”. A exclamação põe em evidência o aspecto enunciativo da língua em uso e representa a reação do locutor diante da realidade, aqui diante dos sapatinhos que Papai Noel vê no Iraque. O sentido da exclamação *Que amor!* é expresso por encadeamentos como:

estão me lançando sapatinhos DC
esperam presentes meus
esperam presentes meus DC eu apre-
cio isso

A palavra *aqui* tem como *instrução*: busque no enunciado, ou fora dele, o lugar em que o locutor está. No presente enunciado, a especificação desta palavra é explicitada pelo linguístico, por meio da expressão *no Iraque*. É, portanto, o próprio enunciado que vai atribuir-lhe sentido. Nada, a não ser o linguístico, pode indicar nesta charge o sentido de *aqui*.

O termo *também* assinala presença de polifonia. Neste enunciado há dois enunciadorees:

E1 - é Natal em outros lugares DC espera-se Papai Noel com sapatinhos

E2 - é Natal no Iraque DC não se espera Papai Noel com sapatinhos

O locutor assume os dois enunciadorees: E1 e E2. A surpresa do locutor decorre do contraste entre o que era assumido antes do momento da enunciação – *é o Iraque DC não se espera Papai Noel com sapatinhos* (E2) – e o que é percebido no momento da fala: *é o Iraque PT espera-se Papai Noel com sapatinhos*. O locutor toma os dois pontos de vista (E1 e E2), mostrando surpresa diante do que constata no momento da enunciação, o que é apontado por *Que amor!* e reforçado por *também*.

Entretanto, o sentido do discurso em questão não é apenas o que se lê no linguístico. Há algo mais complexo nesta charge: a palavra *sapatinho* e o lugar

que o locutário, em vista disso, passa a ocupar no discurso. Primeiramente, é importante observar que *sapatinho* tem como argumentação interna:

são sapatos pequenos DC pertencem a crianças

Mas há um desacordo entre a tradição de que as crianças deixam seus sapatinhos na janela, na lareira, ou próximo à árvore de Natal, para que Papai Noel coloque neles os presentes que vai trazer-lhes, e a imagem da charge. Esta mostra sapatos que são lançados, e o enunciado menciona o Iraque. Logo, o linguístico *sapatinhos* e a imagem (lançamento de sapatos) indicam a necessidade de uma busca de explicação no *contexto* histórico. Porém, essa busca não se desvincula do linguístico; ao contrário, é orientada pela *instrução*, contida na significação dos termos *sapatinhos* e *sapatos*, que seria: busque no enunciado o sentido de sapatos de crianças, considerando o locutor (Papai Noel), e busque no contexto histórico o que sapatos representam no Iraque. É então que a imagem aponta para a necessidade de se compreender qual é a representação que o locutor faz do locutário em seu enunciado. Essa representação, em virtude do desacordo entre linguagem verbal e imagem (entre *sapatinhos* e *sapatos*), deve ser apreendida como a de um locutário que tem conhecimento do que aconteceu no Iraque, por ocasião da visita do presidente americano àquele país.

Observe-se que a construção do sentido de *sapatinhos* pelo locutor (empiri-

camente Papai Noel) não é a mesma que aquela expressa pela imagem, em que há sapatos sendo lançados. O sentido que o locutor atribui a *sapatinhos* é: *ver crianças esperar Papai Noel com sapatinhos DC Papai Noel ficar contente*. Esse sentido é confirmado pela expressão: *Que amor!* que representa a posição assumida pelo locutor diante dos sapatinhos que Papai Noel observa no Iraque e põe em evidência o aspecto enunciativo do uso da língua.

Na imagem, em que se veem sapatos lançados no Iraque contra alguém (o presidente americano), haveria, ao contrário, manifestação de descontentamento:

jogam sapatos contra mim DC estão descontentes comigo

Note-se que, na construção da argumentação interna de *sapatinhos*, a atitude do locutor é essencial para a produção do sentido do enunciado. A relação entre a atitude do locutor, surpreendendo-se com os *sapatinhos* no Iraque, apreciando o fato, e entendendo-o pela data (Natal) e pelo ponto de vista expresso pelo sentido que os *sapatinhos* adquirem nesse contexto, e a realidade que a imagem apresenta dos sapatos sendo lançados, o que não é apreciável, produz humor.

É preciso lembrar que o gênero charge associa a linguagem verbal e a imagem e que, além disso, este gênero é bastante relacionado ao momento histórico em que é produzido. Em consequência, seu locutor cria a representação de um locutário informado dos fatos aos quais

a linguagem e a imagem fazem alusão. Essa imagem de alocutário seria uma das características do gênero charge. Nesse sentido, é possível pensar que é próprio desse gênero um diálogo entre discursos: o da própria charge e outro, o do momento histórico ao qual ela remete por meio da imagem, ou da palavra, referindo-se a discursos outros, produzidos anteriormente. Essa é uma exigência que o gênero faz ao alocutário, sem o que não haverá compreensão. Embora haja charges feitas só de imagens, o linguístico também tem aí seu lugar. Nos casos em que há a palavra, é a *instrução* dada pelo linguístico que vai determinar a busca do sentido fora do enunciado, o que explica a integração do pragmático (contextual e enunciativo) ao semântico (linguístico).

Uma das *interpretações* possíveis dessa charge, por exemplo, seria um comentário acerca da criatividade do chargista, que toma o episódio do Iraque, que teve como foco os *sapatos* jogados pelo jornalista contra o presidente americano, em data próxima ao Natal, e o associa aos *sapatinhos*, ligados à tradição da festa natalina e à figura de Papai Noel. Mas, como *interpretação* (não como *compreensão*), estaria sendo construído outro discurso, de responsabilidade de um L2.

Para finalizar

Percebe-se, pelas análises desenvolvidas, que há diferentes formas de integração entre o pragmático (contextual e

enunciativo) e o linguístico, bem como diferentes aproximações e distanciamentos entre *compreensão* e *interpretação* do sentido de enunciados. No primeiro discurso analisado, “Chuva de arroz”, por exemplo, a busca à exterioridade é bastante reduzida. No segundo discurso, o da medida da cabeça de Mafalda, o apelo à imagem torna-se indispensável, mas insuficiente para a compreensão total do sentido: é o linguístico que singulariza o sentido de *aqui*, como tamanho relativo, contido no enunciado. Já no terceiro discurso, a tira da *mosca*, a passagem do segundo quadrinho para o quinto deve ser explicada pelas imagens do terceiro e do quarto quadrinhos, que descrevem a cena que desempenha o papel de uma nova argumentação, a qual permite compreender a argumentação assumida pelo locutor. Na charge, última análise aqui apresentada, a imagem e também o conhecimento do momento histórico a que o discurso do locutor faz alusão adquirem grande importância na produção do sentido. Neste caso, a compreensão exige a busca de um diálogo entre discursos. Há, então, a predominância de conhecimentos exteriores à linguagem, o que é um dos traços constitutivos do gênero charge. Entretanto, a importância da *instrução* dada pelo linguístico não pode ser negligenciada, porque é ela que aponta, no contexto e na enunciação, para a busca da compreensão do sentido.

As análises apresentadas neste estudo parecem estar corroborando as duas hipóteses: a de que o linguístico indica como compreender o sentido no discurso

e a de que compreender e interpretar são atividades enunciativas. A relação entre a linguagem verbal, a imagem e o momento histórico é direcionada pela *instrução*. É a instrução, inscrita na *significação da frase* (construto teórico), portanto na própria língua, que aponta a fronteira que se estabelece entre *compreensão* e *interpretação*. Explica-se, com isso, que essas duas atividades são distintas e que se trata de duas enunciações. Numa primeira enunciação, o locutor cria, por meio de palavras (que podem ser acompanhadas, em discursos escritos, de imagens ou de referências a outros discursos) o sentido que deve ser *compreendido* pelo *alocutário* (A1) e atribuído ao *locutor* (L1), sentido apresentado pelas análises aqui desenvolvidas. Numa segunda enunciação, ocorre a *interpretação* pela tomada de posição do *alocutário* (A1) diante do discurso do *locutor* (L1), cujo sentido A1 buscou apreender.

Certamente, não há um único sentido para um enunciado de um discurso; entretanto, não se pode afirmar que um discurso comporte qualquer sentido. O papel da *instrução* seria justamente o de limitar a pluralidade de sentidos. Tal é a *natureza da linguagem*, já que, se assim não fosse, se toda liberdade de interpretação fosse permitida, não haveria possibilidade de comunicação. Esse modo de ver a linguagem é o que propõe a teoria da argumentação na língua: as noções de *subjetividade* e de *intersubjetividade* enunciativas conduzem ao valor argumentativo, que caracteriza a

criação de sentido de um *locutor* para um *alocutário*.

A ANL, concebida desse modo, pode trazer contribuição às atividades de *compreensão* de textos na escola. O conhecimento de conceitos fundamentais da teoria da argumentação na língua por um professor que levasse para seu ensino o olhar desta teoria sobre a linguagem, adequando-o ao nível e à competência de seus alunos, poderia trazer bons resultados para a compreensão e para a produção de textos.

As reflexões aqui apresentadas encontram-se em desenvolvimento no Núcleo de Estudos do Discurso da PUCRS, onde novas pesquisas estão sendo realizadas, na tentativa de avaliar esta proposta e de testar aplicações ao ensino. Embora inteiramente inspiradas na concepção de linguagem e em conceitos da semântica linguística concebida por Oswald Ducrot, essas reflexões são de total responsabilidade da coordenadora do Núcleo.

La compréhension et l'interprétation du discours

Résumé

Partant de la constatation que bien des manuels scolaires, dans le travail qu'ils proposent sur les textes, s'occupent plutôt du contenu que du sens construit par l'emploi de la langue, nous faisons une réflexion autour des activités de *compréhension* et d'*interprétation* de

discours. Nous prenons comme référence théorique la conception de langage et quelques concepts créés par la Sémantique Linguistique d'Oswald Ducrot, dans l'espoir d'arriver à une distinction possible de ces termes et à son utilisation pour des analyses de discours. Nous envisageons aussi une possibilité d'application de ces réflexions à l'enseignement.

Mots-clés: Compréhension. Interprétation. Argumentation. Enseignement.

Referências

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

DUCROT, Oswald, SCHAEFFER, Jean-Marie. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995.